

**VI Semana Internacional
de Pedagogia**

**“Pedagogia em MovimentUS:
Aproximações entre
Universidade e Sociedade”**



**II Encontro Estadual de
Educação em Prisões de Alagoas
I Seminário de Educação em
Prisões de Alagoas**

**“Educação de pessoas em privação de liberdade:
Embates, Políticas Públicas e Práticas
Eduacionais”**

De 10 a 14 de Dezembro de 2018 - Campus A. C. Simões/UFAL - Maceió/AL - Brasil

RELATOS DE IDOSOS SOBRE A APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA

Rafaela Soares dos Santos¹
rafaelasoressilva2015@gmail.com
Claudiane Gomes dos santos²
Claudiannesantos013@gmail.com
Maria Vilma da silva³
vilminha83@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho busca entender como se deu o ensino de matemática, há tempos atrás, quais eram os métodos utilizados para que essas pessoas aprendessem por meio da pesquisa de campo com o auxílio de entrevista, levantamos questionamentos com pessoas de mais idade, para entendermos como era ministrada esse ensino, quais eram as dificuldades, a metodologia do professor e dessa forma, comparar com o ensino de hoje. Para sabermos se existem traços ainda desse ensino nos dias atuais, e se as dificuldades ainda existem e de que forma elas são superadas.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de matemática. Aprendizagem. Idoso.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi realizado na cidade de Delmiro Gouveia, através de uma entrevista com uma idosa de sessenta e seis anos, em sua residência. O objetivo desta entrevista foi discutir sobre o ensino da matemática e quais eram os recursos que o professor utilizava na época de escola. A partir da entrevista surgiu um questionamento: “Por que a matemática é tão importante para nossa vida?”.

Analisando as respostas dadas pela a entrevistada percebe que a matemática está presente desde o nosso nascimento. Ela está presente no nosso dia a dia, de forma direta ou indireta, ou seja, números, medidas, figuras geométricas. Então a

¹ Graduanda do curso de pedagogia na Universidade Federal de Alagoas

² Graduanda do curso de pedagogia na Universidade Federal de Alagoas

³ Graduanda do curso de pedagogia na Universidade Federal de Alagoas

matemática é uma das disciplinas mais importante para qualquer ser humano e ela é fundamental para o desenvolvimento mental do indivíduo. Segundo Vygotsky,

A aprendizagem das crianças começa muito antes delas frequentarem a escola. Qualquer situação de aprendizado com a qual a criança se defronta na escola tem sempre uma história prévia. Por exemplo, as crianças começam a estudar aritmética na escola, mas muito antes elas tiveram alguma experiência com quantidades elas tiveram que lidar com operações de divisão, adição, subtração e determinação de tamanho. Conseqüentemente, as crianças têm a sua própria aritmética pré-escolar, que somente psicólogos míopes podem ignorar. (VYGOTSKY, 1989, p. 94-95).

Portanto, o ensino da matemática deve ser trabalhando nas escolas, para que os alunos não apresentem dificuldades graves, quanto à construção deficiente do pensamento. E para saber a relação da entrevistada, como era o seu estudo com a matemática, utilizamos relatos de sua memória. Ela contou como era à escola que ela estudava, usava livro didático, faziam provas. E também perguntamos um pouco sobre sua vida pessoal. Foi a partir deste relato que conseguimos informações para realizar o trabalho.

1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

A educação no Brasil se dá no período da colonização do país pelos portugueses, por meio da atuação dos jesuítas que tinham como objetivo primeiro catequizar os nativos que aqui habitavam. Assim, o ensino ministrado pelos jesuítas é completamente alheio às necessidades da colônia, ou seja, sua função era simplesmente proporcionar ao morador da colônia a cultura geral básica não qualificando para o trabalho, como explica Veiga:

Os jesuítas foram os principais educadores de quase todo o período colonial, atuando, aqui no Brasil, de 1549 a 1759. No contexto de uma sociedade de economia agrário-exportadora dependente, explorada pela Metrópole, sem diversidade nas relações de produção, a educação não era considerada um valor social importante. Servia de instrumento de dominação da colônia pela aculturação dos povos nativos. A tarefa educativa estava voltada para a catequese e instrução dos indígenas, mas para a elite colonial um outro tipo de educação era oferecido. Assim, os índios e negros foram catequizados e os descendentes dos colonizadores foram instruídos. (VEIGA, 2000, p. 40).

Por este motivo, no período colonial os que pretendiam concluir seus estudos procuravam estudar fora do país como, por exemplo, estudar Direito na Universidade de Coimbra ou Medicina na Montpellier na França, tais cursos eram destinados unicamente às elites. Assim, quem estudava fora do país durante esse período era o filho do Barão, dos grandes proprietários de terras da colônia o índio e o negro não tinham privilégios.

Dessa forma, deve-se levar em consideração que a mão-de-obra na época do Brasil colônia era a escrava, ou seja, eram os índios juntamente com os negros que faziam o serviço pesado. Portanto, não havia motivo por parte dos colonizadores em qualificar os escravos, posto que, estes nasceram sem alma, por isso sua função era simplesmente trabalhar e nada mais.

Com a expulsão dos jesuítas fortalece no Brasil, o ensino Tradicional. O país passa de um Estado de total escravidão para um Estado semi-escravo, pois com a chegada dos imigrantes a forma de exploração também muda, tendo em vista a demanda do mercado que agora exige uma mão-de-obra diferente e qualificada. Assim, segundo Veiga 2000:

A Pedagogia Tradicionalista leiga refletiu-se, evidentemente, nas disciplinas de natureza pedagógica do currículo das Escolas Normais, que, ao final do século XVIII, estavam disseminadas por quase todas as províncias (VIEGA, 2000, p. 45).

No período de 1930 a 1945, o Brasil passa por um período de transição, tanto no econômico, como no político, social e principalmente no educacional. A crise mundial provocou no Brasil a crise cafeeira, desencadeou movimentos de reorganização das forças econômicas e políticas. Essa fase representou a instalação de setores sociais que visavam derrubar o sistema oligárquico e implantar uma nova forma de Estado no país.

Com o movimento dos pioneiros vários debates sobre a forma de ensino são realizados a fim de que se buscasse uma educação de qualidade. Assim, o período de 1930 a 1945 é marcado pelo equilíbrio entre as influências das concepções humanista tradicional (representada pelos católicos) e humanista moderna (representada pelos pioneiros). Ao primeiro na visão tradicional, a educação centra-se no adulto (no educador), no intelecto, no conhecimento. Enquanto, a segunda

visão a moderna, focalizava o processo educativo na criança, ou seja, no educando, na vida, na atividade. É o que enfatiza Veiga com relação ao escolanovismo:

A característica mais marcante do escolanovismo é a valorização da criança, vista como ser dotado de poderes individuais, cuja liberdade, iniciativa, autonomia e interesses devem ser respeitados. O professor passou a ser um auxiliar do desenvolvimento livre e espontâneo da criança; é ele um facilitador de aprendizagem. Os processos de transmissão-recepção são substituídos pelo processo de elaboração pessoal e o saber é centrado no sujeito cognoscente e não mais no objeto do conhecimento (VIEGA, 2000, p. 50).

A valorização do clima de harmonia na sala de aula é uma forma de vivência democrática. A partir de 1978, iniciam-se as manifestações em torno de uma teoria crítica da educação, o país vive a política econômica de desenvolvimento integrado; os movimentos de caráter civil, religioso e sindical aparecem com força reivindicando melhores condições de vida, trabalho, saúde, habitação e educação. E, na metade da década de 80, instala-se a República, a ascensão do governo civil da Aliança Democrática assinala o fim da ditadura militar, e com ela um novo modelo se insere na educação.

Em 1985, houve o fechamento do ciclo do regime militar e a abertura de novo período democrático, no qual estamos vivendo atualmente. Ele começa com mudanças na ordem econômica, política, social e cultural. No mundo, também estão ocorrendo mudanças significativas, como o processo de globalização e a revolução tecnológica, que vêm nos envolvendo cada vez mais. Um marco político importante foi a implantação de uma nova constituição, em 1988, denominada de “Constituição Cidadã”, na qual estão contidos os direcionamentos a serem perseguidos nos anos seguintes, sendo o principal o de construir uma democracia que dê a todos os brasileiros o acesso aos direitos sociais básicos.

A Constituição de 1988 trouxe para a educação algumas conquistas, como a consagração da educação como direito público subjetivo, o princípio da gestão democrática do ensino público, o dever do Estado de prover creche e pré-escola às crianças de 0 a 5 anos, a oferta de ensino noturno regular, o ensino fundamental e médio gratuito (inclusive para os que a ele não tiveram acesso em idade própria), o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, entre outras.

É importante pontuar que alguns desses direitos também estão assegurados em outro documento, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069, de 13

de julho de 1990), que coloca como direito de todo indivíduo até 18 anos de idade a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.

A LDB trouxe uma nova concepção de educação básica com a ampliação do número de anos e etapas de escolarização. Nas leis de educação anteriores, esta era limitada ao domínio da habilidade de ler, escrever e contar; enquanto, na atual, busca-se a formação do indivíduo, de 0 ano de idade até o final do ensino médio, sendo dividida em três etapas consecutivas: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. A oferta dos dois primeiros é de responsabilidade dos municípios; a do último, dos estados. Essa ampliação tem se refletido na integração entre seus vários níveis e destes com o ensino superior, que é de responsabilidade da União. Outra garantia trazida por esta lei é a oferta gratuita de educação básica aos que não tiveram acesso a ela na idade própria, bem como aos alunos com deficiência ou superdotados, mediante atendimento especializado gratuito, preferencialmente na escola pública.

Cada um desses níveis de ensino tem uma função social e uma finalidade educativa delimitada, que podem ser vistas a seguir. Segundo o artigo 29 da LDB, a educação infantil, que é a primeira etapa da escolarização básica, tem por finalidade promover “[...] o desenvolvimento integral da criança, até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social” (BRASIL, 1996, p. 9), desenvolve-se em creches para crianças de até 3 anos de idade e em pré-escolas para crianças de 4 e 5 anos. A etapa seguinte da escolarização é o ensino fundamental, que abrange nove anos de escolarização, com início aos 6 anos de idade, sendo obrigatório a todas as crianças. Ele tem por objetivo a formação básica do cidadão mediante:

Art. 32. [...] I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamentam a sociedade; III- o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV- o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996, p. 10).

O ensino médio, com três anos de duração, tem a função de fechar um ciclo de conhecimento e de formação, sendo a última etapa da educação básica. Entre

suas finalidades, estão a formação para o exercício da cidadania e o fornecimento de meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. O ensino médio também pode preparar o educando para o exercício de profissões técnicas. O ensino superior, por sua vez, tem, entre as suas finalidades: “Art. 42 [...] II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua” (BRASIL, 1996, p. 14). Abrange os seguintes cursos e programas: cursos sequenciais, cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão.

Então as instituições escolares são formadas por uma combinação de tradição e mudanças, podemos concluir que fazer este percurso histórico foi necessário e importante para percebermos, o quanto ainda reproduzimos modelos de quase 500 anos atrás e como eles são marcantes na escola que temos atualmente. A partir dessas pontuações, podemos pensar nos desafios que nos são impostos hoje, como, por exemplo, garantir que todas as crianças e jovens frequentem a escola; assegurar que eles, de fato, aprendam na escola e tenham percursos escolares longos e de qualidade; e, por fim, propiciar que as escolas, os professores, os técnicos e os dirigentes da administração educativa estejam sintonizados para enfrentar esses desafios.

2 RESULTADO E DISCUSSÃO

2.1 ENTREVISTA COM SENHORA DELMIRENSE

Maria, 66 anos, sexo feminino, a sua naturalidade é da Cidade de Olho D'Água Do Casado, sua escolarização foi até a 5º série, profissão é costureira, solteira e tem dois filhos.

Maria nasceu em Olho D'Água Do Casado, sua mãe era agricultora e seu pai maquinista, a sua situação econômica era muito precária, pois vivia da agricultura, seu pai não tinha um trabalho fixo. Eram 14 irmãos, sua infância foi muito boa, apesar das dificuldades que ela passou mais sempre estava feliz, pois brincava muito com seus irmãos, até mesmo na roça eles brincavam muito nos riachos, aquela época era tudo simples.

A senhora relatou “minhas bonecas eram os milhos que estavam nascendo ou o sabugo, nunca casei, apenas namorei, bom, meu primeiro trabalho foi na roça ajudava meus pais e depois que vim morar aqui em Delmiro Gouveia com meus dezesseis anos fui trabalhar na fábrica da pedra, lá aprendi a costurar e até hoje sou costureira, gosto da minha profissão”.

A senhora esclarece “a nossa criação sempre foi bem rígida, meninos iam para roça e as meninas ficavam em casa para fazer as coisas de casa e sempre ia uma das meninas para roça para cozinhar para os meninos e meu pai”.

O período do início do seu estudo, a senhora não lembra não, diz que as primeiras dificuldades foi que ela faltava muito às aulas, porque não dava tempo, e a outra dificuldade foi quando houve a mudança para Delmiro Gouveia, onde a mesma perdeu um ano, repetindo a terceira série.

Dona Maria esclarece ainda, que em Delmiro Gouveia a escola era perto de casa. A escola que eu estudei foi Escola Estadual Delmiro Gouveia, a escola tinha um espaço grande para brincar, tinha uma sala dos professores, dois banheiros um feminino e um masculino, a quantidade de sala não lembro, a minha professora era casada, tinha filhos, ela utilizava muito o livro didático, passava muita atividade para casa e sua avaliação era somente provas, todos os alunos tinham que decorar a tabuada, porque em toda aula de matemática ela perguntava. As aulas dela era sempre os mesmos recursos não trazia nada de interessante. Eram 35 alunos, tinha farda e só entrava na escola quem, tivesse com a farda. A relação do professor com o aluno era cada um no seu lugar, ou seja, era um ensino tradicional onde só o professor que fala e os alunos escutavam. Os pais só apareciam na escola quando era reunião, nessa época família não era muito presente na escola. Não lembro se tinha coordenadora naquele tempo. Tinha intervalo sim, no qual, os meninos eram de um lado e as meninas de outro. A escola era vista como uma das melhores e era uma oportunidade que tínhamos para aprender.

A senhora explica que o castigo era a palmatoria e o ajoelhar no milho. Não sei se existia o PPP. A professora trabalhava mais matemática e língua portuguesa. As disciplinas que eu gostava eram história e língua portuguesa. Era preciso fazer as provas, se você faltasse era reprovado.

A entrevistada estudou até o 1º grau, o seu estudo de matemática era muito difícil para aprender. Segundo ela, eram ensinadas sempre contas, tanto na sala de aula como para casa, e quem não aprendesse repetia de série, os conteúdos mais

trabalhados eram mais adição, subtração e divisão. A mesma disse: “na minha casa quem me ajudava eram meus irmãos, quando chegavam do trabalho. Todos os dias a professora passava aqueles probleminhas e contas para fazer em casa”.

Nos anos 60 do século XX, a escola pública brasileira não era lugar para os mais humildes. Na verdade, preparava a classe média para uma posição intermediária entre os mais pobres e a elite nacional. Aqueles que concluíam o ginásio podiam se colocar em um escritório, um cargo de encarregado ou supervisor em uma fábrica, ou até mesmo a gerência de uma pequena empresa. O científico era garantia de uma posição de mais qualidade.

Com certeza um cargo público no Banco do Brasil, uma posição de chefia em uma repartição de um ministério qualquer, o suboficial ato nas forças armadas, ou ainda almejar a entrada em uma faculdade. O ensino era rigoroso e de qualidade. Os mais pobres eram descartados ainda no primário. Ainda que, concluir o primário já garantia alguma diferenciação profissional. Muitos se orgulhavam de tê-lo concluído.

Podemos dizer que, o grande avanço do sistema escolar brasileiro e da legislação educacional foi a obrigatoriedade da gratuidade do ensino fundamental e médio a ser oferecido pelos estados e municípios. A oferta e compromisso com a escolarização passou a ser não só uma obrigação dos pais, por ser direito da criança e do jovem, como uma obrigação e dever do Estado. Essa obrigatoriedade do Estado se manifesta como oferta de condições de escolarização, de acesso à escola e de permanência nela.

Entretanto, isso ainda não se tornou uma realidade para todos os estudantes. Nem todos têm condições de acesso à escola e nem todos os que têm acesso permanecem nela. Além disso, a escola nos três níveis (fundamental, médio e superior), ainda não é uma expectativa e um objetivo dos jovens em idade escolar.

Em todo esse período, talvez o que possamos apresentar como o grande problema da educação nacional, tenha sido e continue sendo o da desvalorização do profissional da educação. Desvalorização que se manifesta nos baixos salários, na dificuldade de acesso a escolarização de nível superior, pois o filtro do vestibular impede que as grandes maiorias dos jovens ingressem no ensino superior. Essa dificuldade de acesso se deve tanto à deficiência na formação como na falta de vagas para todos. E com isso fica comprometida a afirmação de que deve acontecer educação para todos com todos na escola.

As dificuldades na área educacional no Estado de Alagoas podem ser observadas ao longo do tempo, visto que há registros históricos de falta de condições técnicas, materiais e de infraestrutura, além de professores sem titulação necessária para a função recebendo baixos salários, ou seja, ausência de condições estruturais necessárias para o desenvolvimento educacional, assim, outrora aulas eram ministradas em —infectos casebres privados onde algumas dezenas de alunos se imbecilizavam nas rotineiras tarefas do silabário, da tabuada e do catecismo (REGO, *apud* VERÇOSA, 2001, p.102).

A Educação Básica Alagoana está entre as mais precárias do país; escolas públicas com péssima infraestrutura que dificultam o exercício da docência, sobre tudo de uma prática educacional crítica que contribua para o pensamento plural, respeitando os Direitos Humanos e as diversidades. Nesse sentido, é necessário refletir, o papel fundamental que a educação cumpre para o desenvolvimento e as práticas sociais tanto na vida privada quanto na coletividade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta entrevista adquirimos muitos conhecimentos e também muitos questionamentos, principalmente sobre o ensino da matemática, tanto no Brasil como no Estado de Alagoas. Então muitos acham que a matemática é como qualquer outra disciplina, mas sabemos que não é isso, essa disciplina nos acompanha aonde quer que esteja. E como ouvirmos alunos dizerem que não gosta da matemática, geralmente não gostam porque não compreendem os conteúdos, ou seja, não sabem relaciona-la com a realidade.

A matemática tem que ser ensinada de forma com que o aluno possa visualizar a aplicação dos seus conceitos e não apenas obter resultados. Portanto, a matemática é um instrumento muito importante em nossa mão, pois devemos usá-la para facilitar as nossas vidas.

Este trabalho foi realizado por meio de relatos de uma idosa, que nos falou sobre sua vida e também sobre a sua época de escola, utilizamos esses relatos da memória dela para realizar esse trabalho e não parar por aqui. Levaremos adiante para fazer comparações, em escolas entre o ensino atual e o ensino vivido por Maria, relatado nesse trabalho e assim chegar a uma conclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

COSTA, Craveiro. **Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas.** Monografia Escrita por Solicitação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Maceió: Imprensa Oficial, 1931.

DUARTE, Adriano Luiz. Moralidade pública e cidadania: a educação nos anos 30 e 40. **EUCAÇÃO & Sociedade**, Campinas, ano XXI, n.73, Dezembro/2000, p.165-181.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível.** 10ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. **Cultura e Educação nas Alagoas: Histórias.** 2. ed. Maceió: Gráfica SCOR TECCI, 2001.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. **Cultura e Educação nas Alagoas: Histórias.** 3. ed. Maceió: Gráfica Governo do Estado de Alagoas, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Livraria Martins.